

# Metodologia de compatibilização entre **PDE** e os demais instrumentos do **sistema de planejamento**

Coordenadoria de Planejamento Urbano  
SMUL/PLANURB



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
SECRETARIA  
DE URBANISMO E  
LICENCIAMENTO

# DECRETO Nº 63.336, DE 10 DE ABRIL DE 2024

Estabelece procedimentos para o monitoramento e a avaliação do Programa de Metas; institui os Ciclos de Avaliação de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo.

**Art. 11-A.** Prevê a integração do **Programa de Metas** com os **demaís instrumentos do Sistema Municipal de Planejamento**.

Indica que SEPEP deverá fazer ao menos uma etapa de interação com **SMUL/PLANURB** para discutir a compatibilização entre **Programa de Metas, PDE, Planos Regionais e Planos de Bairro**.

# Objetivos do Trabalho

- Entender a implementação:

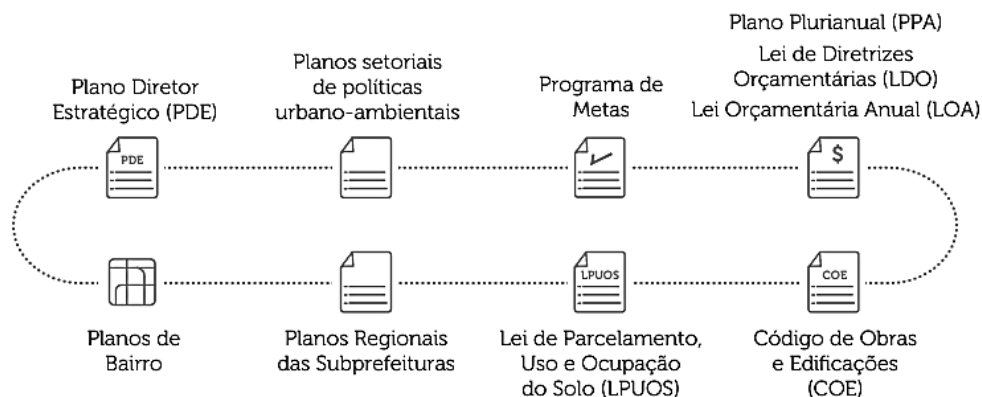
OBJETIVOS

DIRETRIZES

AÇÕES



através de sua **associação** com o Sistema de Planejamento



- Identificar lacunas e oportunidades que podem ser objeto de (1) **novos programas/ações**, (2) **articular ações** às iniciativas existente e (3) fomentar ou justificar **projetos urbanos**.

- **Estudar o formato do plano diretor e sua implementação** por meio das outras peças de planejamento, e como essa associação pode ser utilizada na revisão da lei em 2029.

**ETAPA**

**1.**

# ETAPA 1



X

CLASSIFICAÇÕES  
TEMÁTICAS

OBJETIVOS E  
DIRETRIZES

AÇÕES

ORDENAMENTO  
TERRITORIAL

INSTRUMENTOS

# ETAPA 1.1

## AÇÕES DO PDE

## ANÁLISE DOS TEMAS

ID	Parágrafo	Inciso	Alínea	Palavra-Chave 1	Palavra-Chave 2
339		I	I – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, incluindo a regularização fundiária e a aquisição de imóveis para constituição de reserva fundiária e de parque habitacional público de locação social;	Fundos Municipais	Atuação em Assentamentos Precários
339		II	II – sistema de transporte coletivo público, sistema ciclovitário e sistema de circulação de pedestres;	Fundos Municipais	Sistema de Transporte Público
339		III	III - ordenamento e direcionamento da estruturação urbana, incluindo infraestrutura, drenagem, saneamento, investimentos destinados à implantação de parques lineares, à realização de melhorias em vias estruturais ou de transporte público coletivo de passageiros, que engloba pavimentação e recapeamento, e à requalificação de eixos ou polos de centralidade	Fundos Municipais	Estratégias de Ordenamento Territorial e Regulação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
339		IV	IV – implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes;	Fundos Municipais	Gestão de Áreas Públicas e da Rede de Equipamentos Urbanos e Sociais
339		V	V – proteção, recuperação e valorização de bens e de áreas de valor histórico, cultural ou paisagístico, incluindo o financiamento de obras em imóveis públicos classificados como ZEPEC;	Fundos Municipais	Conservação e Restauro de bens materiais e imateriais
339		VI	VI – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental.	Fundos Municipais	Preservação da Biodiversidade
339	§ 1º		§ 1º É vedada a aplicação dos recursos financeiros do FUNDURB em despesas de custeio e projetos, ressalvadas aquelas relacionadas com a elaboração de projetos destinados à execução das obras e intervenções de que trata o “caput” e para a elaboração de Planos de Bairro e Planos Regionais de Subprefeituras.	Fundos Municipais	Planejamento Local Participativo
339	§ 2º		§ 2º Despesas com gerenciamento de obras ou projetos ficam limitadas no máximo ao valor de 10% (dez por cento) do destinado pelo FUNDURB para cada obra ou projeto.	Fundos Municipais	
340			Os recursos arrecadados pelo FUNDURB deverão respeitar anualmente o limite de:	Fundos Municipais	

## OBJETIVOS ORDENAMENTO

# TEMAS DO

Elemento Estruturante	Objetivo	Qualificação Ambiental das Áreas Públicas e Espaços	Impactos e Qualificação da Preservação da Biodiversidade	Polos Estratégicos	Centralidades	Desenvolvimento Rural Sustentável	Planejamento dos Sistemas de	Qualificação das Redes de Saneamento	Infraestrutura de Utilidade Pública	Áreas de Risco	Habituação de Interesse Social	Assentamentos Precários	Acessibilidade Universal	Sistema de Transporte Público	Integração entre Modais	Circulação de Pedestres	Sistema Hidroviário	Logística e Transporte de Cargas	Sistema Cicloviário e Micromobilidade	Sistema Viário	Restauração de bens materiais e imateriais	Acesso à Cultura e Educação Patrimonial	Turismo e Economia Criativa	Abastecimento e Segurança Alimentar	Públicas e da Rede de Equipamentos	Direitos Humanos e Cidadania e	Cultura	Educação	Esporte e Lazer	Saúde	Estratégias de Ordenamento Territorial e Urbanísticos e Ambientais	Instrumentos de Participação	Fundos Municipais	Planejamento Local Participativo	Monitoramento e avaliação de atividades
Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana	V - diminuição das desigualdades na oferta e distribuição dos serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas entre os distritos.							X	X					X																n/a					
Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana	VI - desconcentração das oportunidades de trabalho, emprego e renda, beneficiando os bairros periféricos;				X																									n/a					
Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana	VII - manutenção, proteção e requalificação das zonas exclusivamente residenciais consideradas as disposições dos arts. 27 e 33 desta lei.																													n/a					
MEM - Setor Orla Ferroviária e Fluvial	I - transformações estruturais orientadas para o maior aproveitamento da terra urbana com o aumento nas densidades construtiva e demográfica e implantação de novas atividades econômicas de abrangência metropolitana, atendendo a critérios de sustentabilidade e garantindo proteção do patrimônio arquitetônico e cultural, em especial o ferroviário e o II - recuperação da qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os adequadamente com os sistemas urbanos, principalmente de drenagem, saneamento básico e mobilidade, com especial atenção à recuperação das planícies fluviais e			X	X															X										n/a	X				
MEM - Setor Orla Ferroviária e Fluvial	III - manutenção da população moradora, inclusive através da promoção da urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares ocupados pela população de baixa renda, com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas;	X	X	X			X	X																						n/a	X				
MEM - Setor Orla Ferroviária e Fluvial	IV - produção de HIS e HMP;									X																				n/a	X				





# FICHAS TEMÁTICAS

## Tema

Áreas de Risco Geológico



## Síntese

A Lei 16.050 de 2014, que institui o Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo, prioriza ações para mitigar riscos em áreas vulneráveis, garantindo segurança e qualidade de vida. O PDE prevê o mapeamento contínuo de áreas de risco, reassentamento de famílias em locais seguros e fortalecimento de sistemas de drenagem para prevenir alagamentos. Também inclui medidas de recuperação ambiental, como reflorestamento e estabilização de encostas. A integração entre políticas habitacionais e regularização fundiária busca evitar ocupações irregulares. Essas iniciativas promovem proteção ambiental, justiça social e urbanização sustentável, alinhadas ao desenvolvimento equilibrado da cidade.

## Ações no Plano Diretor Estratégico

<em desenvolvimento>

Artigos: xx, xx, xx, xx, xx, xx, xx, xx.

## Interlocutores

SEHAB, SVMA, SIURB, SMUL, SMADS, SMSU, SUB, SMSUB, SMIT, SMDHC

## Planos Municipais

<em desenvolvimento>

Plano 1  
Plano 2  
Plano 3

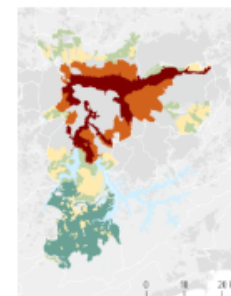


## Tema

Áreas de Risco Geológico



## Macroáreas



## Rede de Estruturação Urbana



## Análise dos Instrumentos do PDE

Destaca-se como principal instrumento relacionado ao tema o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), cuja consolidação é prevista entre as iniciativas do Programa de Governo. Além disso, a efetivação das iniciativas previstas pode ser associada ao desenvolvimento e à implantação de planos urbanísticos relacionados à MEM e à RHA, como Áreas de Intervenção Urbana (AIU) e Áreas de Estruturação Local (AEL), e dos planos regionais, planos de ação das subprefeituras e planos de bairro. Especificamente quanto à construção de HIS para reassentamento de populações moradoras de área de risco, esta pode fazer uso de recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) e ser direcionada às áreas

## Análise do Ordenamento Territorial

As iniciativas do Programa de Governo relativas ao tema Áreas de Risco Geológico associam-se à atuação da Defesa Civil, e buscam prevenir situações de riscos geológico-geotécnicos, bem como atuar no alerta e atendimento em casos de emergência. Tais iniciativas estão diretamente relacionadas às macroáreas com maior ocorrência de situações de vulnerabilidade social e urbana onde buscam-se, ainda, minimizar complicações relacionadas a inundações e a solos contaminados. Dessa maneira, as propostas para atualizar o monitoramento dessas áreas, aprimorar o Sistema de Alerta a Inundações de São Paulo (SAISP), executar intervenções nas áreas críticas, além de consolidar o PMRR (Plano Municipal de Redução de Riscos) relacionam-se, principalmente, às Macroáreas de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental (MRVURA), de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental (MCQUA), de Redução da Vulnerabilidade Urbana (MRVU) e de Contenção Urbana e Uso Sustentável (MCUUS).

Nesta análise territorial, também podem ser relacionados dois setores da Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM). No Setor Orla Ferroviária e Fluvial, que engloba áreas às margens dos principais rios e córregos cuja ocupação, voltada inicialmente a atividades industriais, tem sido objeto de processo de transformação econômica e, portanto, demanda ações para minimizar problemas decorrentes dos solos contaminados e de inundações, como a iniciativa para aprimorar o Sistema de Alerta a Inundações. Já no Setor Eixos de Desenvolvimento, localizado junto a rodovias e avenidas mais afastadas do centro que cumprem importante papel na articulação metropolitana do município, além das questões já mencionadas, inclui ainda áreas de ocorrência de solos e rochas sujeitos a colapsos estruturais e subsidência, o que se relaciona diretamente com a atualização do mapeamento dessas áreas e a consolidação do PMRR.

Além disso, as macroáreas MRVURA e



# FICHAS TEMÁTICAS

- AÇÕES DO PDE  
- SECRETARIAS ENVOLVIDAS  
- PLANOS RELACIONADOS

Tema

Áreas de Risco Geológico

HIS

Síntese

A Lei 16.050 de 2014, que institui o Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo, prioriza ações para mitigar riscos em áreas vulneráveis, garantindo segurança e qualidade de vida. O PDE prevê o mapeamento contínuo de áreas de risco, reassentamento de famílias em locais seguros e fortalecimento de sistemas de drenagem para prevenir alagamentos. Também inclui medidas de recuperação ambiental, como reflorestamento e estabilização de encostas. A integração entre políticas habitacionais e regularização fundiária busca evitar ocupações irregulares. Essas iniciativas promovem proteção ambiental, justiça social e urbanização sustentável, alinhadas ao desenvolvimento equilibrado da cidade.

Ações no Plano Diretor Estratégico

<em desenvolvimento>

Artigos: xx, xx, xx, xx, xx, xx, xx, xx.

Interlocutores

SEHAB, SVMA, SIURB, SMUL, SMADS, SMSU, SUB, SMSUB, SMIT, SMDHC

Planos Municipais

<em desenvolvimento>

Plano 1  
Plano 2  
Plano 3

CIDADE DE SÃO PAULO

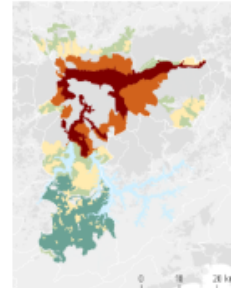
URBANISMO E LICENCIAMENTO

Tema


Áreas de Risco Geológico

HIS

Macroáreas



Rede de Estruturação Urbana



Análise dos Instrumentos do PDE

Destaca-se como principal instrumento relacionado ao tema o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), cuja consolidação é prevista entre as iniciativas do Programa de Governo. Além disso, a efetivação das iniciativas previstas pode ser associada ao desenvolvimento e à implantação de planos urbanísticos relacionados à MEM e à RHA, como Áreas de Intervenção Urbana (AIU) e Áreas de Estruturação Local (AEL), e dos planos regionais, planos de ação das subprefeituras e planos de bairro. Especificamente quanto à construção de HIS para reassentamento de populações moradoras de área de risco, esta pode fazer uso de recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) e ser direcionada às áreas

Análise do Ordenamento Territorial

As iniciativas do Programa de Governo relativas ao tema Áreas de Risco Geológico associam-se à atuação da Defesa Civil, e buscam prevenir situações de riscos geológico-geotécnicos, bem como atuar no alerta e atendimento em casos de emergência. Tais iniciativas estão diretamente relacionadas às macroáreas com maior ocorrência de situações de vulnerabilidade social e urbana onde buscase, ainda, minimizar complicações relacionadas a inundações e a solos contaminados. Dessa maneira, as propostas para atualizar o monitoramento dessas áreas, aprimorar o Sistema de Alerta a Inundações de São Paulo (SAISP), executar intervenções nas áreas críticas, além de consolidar o PMRR (Plano Municipal de Redução de Riscos) relacionam-se, principalmente, às Macroáreas de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental (MRVURA), de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental (MCQUA), de Redução da Vulnerabilidade Urbana (MRVU) e de Contenção Urbana e Uso Sustentável (MCUUS).

Nesta análise territorial, também podem ser relacionados dois setores da Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM). No Setor Orla Ferroviária e Fluvial, que engloba áreas às margens dos principais rios e córregos cuja ocupação, voltada inicialmente a atividades industriais, tem sido objeto de processo de transformação econômica e, portanto, demanda ações para minimizar problemas decorrentes dos solos contaminados e de inundações, como a iniciativa para aprimorar o Sistema de Alerta a Inundações. Já no Setor Eixos de Desenvolvimento, localizado junto a rodovias e avenidas mais afastadas do centro que cumprem importante papel na articulação metropolitana do município, além das questões já mencionadas, inclui ainda áreas de ocorrência de solos e rochas sujeitos a colapsos estruturais e subsidência, o que se relaciona diretamente com a atualização do mapeamento dessas áreas e a consolidação do PMRR.

Além disso, as macroáreas MRVURA e

CIDADE DE SÃO PAULO

URBANISMO E LICENCIAMENTO

# FICHAS TEMÁTICAS

## ANÁLISE DO ORDENAMENTO

## ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS

### Tema

Áreas de Risco Geológico



### Síntese

A Lei 16.050 de 2014, que institui o Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo, prioriza ações para mitigar riscos em áreas vulneráveis, garantindo segurança e qualidade de vida. O PDE prevê o mapeamento contínuo de áreas de risco, reassentamento de famílias em locais seguros e fortalecimento de sistemas de drenagem para prevenir alagamentos. Também inclui medidas de recuperação ambiental, como reflorestamento e estabilização de encostas. A integração entre políticas habitacionais e regularização fundiária busca evitar ocupações irregulares. Essas iniciativas promovem proteção ambiental, justiça social e urbanização sustentável, alinhadas ao desenvolvimento equilibrado da cidade.

### Ações no Plano Diretor Estratégico

<em desenvolvimento>

Artigos: xx, xx, xx, xx, xx, xx, xx, xx.

### Interlocutores

SEHAB, SVMA, SIURB, SMUL, SMADS, SMSU, SUB, SMSUB, SMIT, SMDHC

### Planos Municipais

<em desenvolvimento>

Plano 1  
Plano 2  
Plano 3

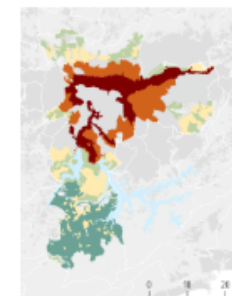


### Tema

Áreas de Risco Geológico



### Macroáreas



### Rede de Estruturação Urbana



### Análise dos Instrumentos do PDE

Destaca-se como principal instrumento relacionado ao tema o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), cuja consolidação é prevista entre as iniciativas do Programa de Governo. Além disso, a efetivação das iniciativas previstas pode ser associada ao desenvolvimento e à implantação de planos urbanísticos relacionados à MEM e à RHA, como Áreas de Intervenção Urbana (AIU) e Áreas de Estruturação Local (AEL), e dos planos regionais, planos de ação das subprefeituras e planos de bairro. Especificamente quanto à construção de HIS para reassentamento de populações moradoras de área de risco, esta pode fazer uso de recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) e ser direcionada às áreas

### Análise do Ordenamento Territorial

As iniciativas do Programa de Governo relativas ao tema Áreas de Risco Geológico associam-se à atuação da Defesa Civil, e buscam prevenir situações de riscos geológico-geotécnicos, bem como atuar no alerta e atendimento em casos de emergência. Tais iniciativas estão diretamente relacionadas às macroáreas com maior ocorrência de situações de vulnerabilidade social e urbana onde buscam-se, ainda, minimizar complicações relacionadas a inundações e a solos contaminados. Dessa maneira, as propostas para atualizar o monitoramento dessas áreas, aprimorar o Sistema de Alerta a Inundações de São Paulo (SAISP), executar intervenções nas áreas críticas, além de consolidar o PMRR (Plano Municipal de Redução de Riscos) relacionam-se, principalmente, às Macroáreas de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental (MRVURA), de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental (MCQUA), de Redução da Vulnerabilidade Urbana (MRVU) e de Contenção Urbana e Uso Sustentável (MCUUS).

Nesta análise territorial, também podem ser relacionados dois setores da Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM). No Setor Orla Ferroviária e Fluvial, que engloba áreas às margens dos principais rios e córregos cuja ocupação, voltada inicialmente a atividades industriais, tem sido objeto de processo de transformação econômica e, portanto, demanda ações para minimizar problemas decorrentes dos solos contaminados e de inundações, como a iniciativa para aprimorar o Sistema de Alerta a Inundações. Já no Setor Eixos de Desenvolvimento, localizado junto a rodovias e avenidas mais afastadas do centro que cumprem importante papel na articulação metropolitana do município, além das questões já mencionadas, inclui ainda áreas de ocorrência de solos e rochas sujeitos a colapsos estruturais e subsidência, o que se relaciona diretamente com a atualização do mapeamento dessas áreas e a consolidação do PMRR.

Além disso, as macroáreas MRVURA e



**ETAPA**

**2.**

## ETAPA 2.1



**MEIO AMBIENTE**

**3 TEMAS**



**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**3 TEMAS**



**HABITAÇÃO SOCIAL**

**3 TEMAS**



**MOBILIDADE URBANA**

**8 TEMAS**



**PATRIMÔNIO CULTURAL**

**3 TEMAS**



**DESENV. SOCIAL E EQUIPAMENTOS URB E SOC.**

**7 TEMAS**



**ESTRUTURAÇÃO E ORDENAÇÃO TERRITORIAL**

**2 TEMAS**



**GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**5 TEMAS**



**SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA**

**3 TEMAS**

**TEMAS**

# ETAPA 2.1

## Elaboração de documento síntese com a descrição dos

### DESCRIÇÃO

Grupo de temas (políticas)	ID	Temas	
Meio Ambiente	1	Qualificação Ambiental das Áreas Públicas e Espaços Livres	Trata de ações de intervenção do poder público para qualificar o espaço urbano com parques, praças e arborização urbana, incluindo ações de planejamento (implementar planos Planpavel e PMAU), <del>implantação e requalificação de parques, bem como compatibilização e revisão de seus perímetros</del>
	2	Mitigação dos Impactos e Qualificação da Urbanização	Qualificação ambiental da área urbana, principalmente por meio de obrigações ou benefícios ao particular, ou por ações que impactam a área urbana. Estimulo a construções sustentáveis e adoção de <del>soluções baseadas na natureza, resguardando áreas urbanas ou rurais. Também inclui ações de</del>
	3	Preservação da Biodiversidade	Preservar as áreas remanescentes de mata atlântica e garantir a proteção da biodiversidade do bioma, e inclui ações como a implementação do Plano Municipal da Mata Atlântica e do Plano Municipal de <del>Pagamento por Serviços Ambientais, o planejamento e gestão dos parques naturais, visando a</del>
Desenvolvimento Econômico Sustentável	4	Polos Estratégicos	Reforçar o papel do Município como um centro industrial, comercial, de serviços, inovação e economia criativa, equilibrando emprego e moradia para reduzir desigualdades e deslocamentos. Para isso, o Plano Diretor (PDE) prevê a criação de Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico (PEDE), Polos de Economia Criativa (PEC), Parques Tecnológicos e Zonas Predominantemente Industriais (ZPI).
	5	Centralidades	Os Polos e eixos de centralidade fomentam comércio e serviços, fortalecendo a economia e ampliando oferta e integração. O PDE consolida áreas tradicionais (centro histórico) e cria novas centralidades apoiadas em equipamentos e infraestrutura. Polos Polares e Lineares vão de centros de bairro a grandes instalações, com uso misto, segurança e integração. Exemplos: 25 de Março, Jacu-Pêssego, Neoquímica <del>Arara</del>
	6	Desenvolvimento Rural Sustentável	Promover atividades econômicas e gerar empregos na zona rural de forma compatível com a conservação ambiental, com base na agroecologia e agricultura familiar. O PDE propõe ações para fortalecer a assistência rural, a certificação orgânica, a regularização fundiária e parcerias. Visa criar Escola Técnica de Agroecologia, entreposto, orgânicos na merenda, Polo de Turismo de Parelheiros, <del>pagamento por serviços ambientais e ampliar serviços públicos.</del>
Saneamento Ambiental e Infraestrutura	7	Integração e Planejamento dos Sistemas de Saneamento Ambiental	Integrar e planejar os sistemas de saneamento ambiental, bem como promover a articulação entre escalas de governo, municípios e instâncias de decisão. Prevê a elaboração de planos específicos, mapeamentos e gestão compartilhada e articulada entre os sistemas. Também propõe ações sociais e ambientais para garantir a qualidade em cada sistema.
	8	Universalização e Qualificação das Redes de Saneamento Ambiental	Ações que tratam da rede física de saneamento ambiental, incluindo os quadro sistemas: água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos. Propõem a implantação de novos equipamentos e a <del>expansão das redes, levando em consideração as realidades locais.</del>
	9	Infraestrutura de Utilidade Pública	Tema que trata das ações de infraestrutura em todas as suas redes: gás, energia elétrica, rede de telecomunicação, dados e fibra ótica, entre outros. Procuram a modernização e aprimoramento destes <del>sistemas.</del>



# ETAPA 2.2

## AÇÕES DO PDE

## ANÁLISE DOS TEMAS

ID	Parágrafo	Inciso	Alínea	Palavra-Chave 1	Palavra-Chave 2
339		I	I – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, incluindo a regularização fundiária e a aquisição de imóveis para constituição de reserva fundiária e de parque habitacional público de locação social;	Fundos Municipais	Atuação em Assentamentos Precários
339		II	II – sistema de transporte coletivo público, sistema ciclovitário e sistema de circulação de pedestres;	Fundos Municipais	Sistema de Transporte Público
339		III	III - ordenamento e direcionamento da estruturação urbana, incluindo infraestrutura, drenagem, saneamento, investimentos destinados à implantação de parques lineares, à realização de melhorias em vias estruturais ou de transporte público coletivo de passageiros, que engloba pavimentação e recapeamento, e à requalificação de eixos ou polos de centralidade	Fundos Municipais	Estratégias de Ordenamento Territorial e Regulação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
339		IV	IV – implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes;	Fundos Municipais	Gestão de Áreas Públicas e da Rede de Equipamentos Urbanos e Sociais
339		V	V – proteção, recuperação e valorização de bens e de áreas de valor histórico, cultural ou paisagístico, incluindo o financiamento de obras em imóveis públicos classificados como ZEPEC;	Fundos Municipais	Conservação e Restauro de bens materiais e imateriais
339		VI	VI – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental.	Fundos Municipais	Preservação da Biodiversidade
339	§ 1º		§ 1º É vedada a aplicação dos recursos financeiros do FUNDURB em despesas de custeio e projetos, ressalvadas aquelas relacionadas com a elaboração de projetos destinados à execução das obras e intervenções de que trata o “caput” e para a elaboração de Planos de Bairro e Planos Regionais de Subprefeituras.	Fundos Municipais	Planejamento Local Participativo
339	§ 2º		§ 2º Despesas com gerenciamento de obras ou projetos ficam limitadas no máximo ao valor de 10% (dez por cento) do destinado pelo FUNDURB para cada obra ou projeto.	Fundos Municipais	
340			Os recursos arrecadados pelo FUNDURB deverão respeitar anualmente o limite de:	Fundos Municipais	

# ETAPA 2.2

## OBJETIVOS E DIRETRIZES

## ANÁLISE DOS TEMAS

Artigo	Parágrafo	Inciso	Título / Capítulo	Texto da Lei	Palavra-Chave 1	Palavra-Chave 2
Art. 006			Abrangência, dos Conceitos, Princípios e Objetivos	Art. 6º A Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico se orientam pelas seguintes diretrizes:	Não se aplica	
Art. 006		I	Abrangência, dos Conceitos, Princípios e Objetivos	I – justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização;	Fundos Municipais	Instrumentos Urbanísticos e Ambientais
Art. 006		II	Abrangência, dos Conceitos, Princípios e Objetivos	II – retorno para a coletividade da valorização de imóveis decorrente dos investimentos públicos e das alterações da legislação de uso e ocupação do solo;	Fundos Municipais	Instrumentos Urbanísticos e Ambientais
Art. 006		III	Abrangência, dos Conceitos, Princípios e Objetivos	III – distribuição de usos e intensidades de ocupação do solo de forma equilibrada, para evitar ociosidade ou sobrecarga em relação à infraestrutura disponível, aos transportes e ao meio ambiente, e para melhor alocar os investimentos públicos e privados;	Estratégias de Ordenamento Territorial e Regulação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo	
Art. 006		IV	Abrangência, dos Conceitos, Princípios e Objetivos	IV – compatibilização da intensificação da ocupação do solo com a ampliação da capacidade de infraestrutura para atender às demandas atuais e futuras;	Estratégias de Ordenamento Territorial e Regulação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo	Universalização e Qualificação das Redes de Saneamento Ambiental
Art. 006		V	Abrangência, dos Conceitos, Princípios e Objetivos	V – adequação das condições de uso e ocupação do solo às características do meio físico, para impedir a deterioração e degeneração de áreas do Município;	Estratégias de Ordenamento Territorial e Regulação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo	Mitigação dos Impactos e Qualificação da Urbanização
Art. 006		VI	Abrangência, dos Conceitos, Princípios e Objetivos	VI – proteção da paisagem dos bens e áreas de valor histórico, cultural e religioso, dos recursos naturais e dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos de abastecimento de água do Município;	Conservação e Restauro de bens materiais e imateriais	Preservação da Biodiversidade



## ETAPA 2.2

## ORDENAMIENTO TERRITORIAL

# TEMAS DO

Elemento Estruturante	Objetivo	Qualificação Ambiental das Áreas Públicas e Espaços	Impactos e Qualificação da Preservação da Biodiversidade	Polos Estratégicos	Centralidades	Desenvolvimento Rural Sustentável	Planejamento dos Sistemas de Qualificação das Redes de Saneamento	Infraestrutura de Utilidade Pública	Áreas de Risco	Habituação de Interesse Social	Assentamentos Precários	Acessibilidade Universal	Sistema de Transporte Público	Integração entre Modais	Circulação de Pedestres	Sistema Hidroviário	Logística e Transporte de Cargas	Sistema Cicloviário e Micromobilidade	Sistema Viário	Restauração de bens materiais e imateriais	Acesso à Cultura e Educação Patrimonial	Turismo e Economia Criativa	Abastecimento e Segurança Alimentar	Públicas e da Rede de Equipamentos	Direitos Humanos e Cidadania	Cultura	Educação	Esporte e Lazer	Saúde	Estratégias de Ordenamento Territorial e Urbanísticos e Ambientais	Instrumentos de Participação	Fundos Municipais	Planejamento Local Participativo	Monitoramento e articulação interfederativa	
Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana	V - diminuição das desigualdades na oferta e distribuição dos serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas entre os distritos:						X	X					X																		n/a				
Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana	VI - desconcentração das oportunidades de trabalho, emprego e renda, beneficiando os bairros periféricos:				X																										n/a				
Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana	VII - manutenção, proteção e requalificação das zonas exclusivamente residenciais consideradas as disposições dos arts. 27 e 33 desta lei.																														n/a				
MEM - Setor Orla Ferroviária e Fluvial	I - transformações estruturais orientadas para o maior aproveitamento da terra urbana com o aumento nas densidades construtiva e demográfica e implantação de novas atividades econômicas de abrangência metropolitana, atendendo a critérios de sustentabilidade e garantindo a proteção do patrimônio arquitetônico e cultural, em especial o ferroviário; e II - recuperação da qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os adequadamente com os sistemas urbanos, principalmente de drenagem, saneamento básico e mobilidade, com especial atenção à recuperação das planícies fluviais;				X	X														X											n/a	X			
MEM - Setor Orla Ferroviária e Fluvial	III - recuperação das planícies fluviais e assentamentos precários e irregulares ocupados pela população de baixa renda com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas;	X	X	X		X	X																								n/a	X			
MEM - Setor Orla Ferroviária e Fluvial	III - manutenção da população moradora, inclusive através da promoção da urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares ocupados pela população de baixa renda com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas;						X	X			X													X							n/a	X			
MEM - Setor Orla Ferroviária e Fluvial	IV - produção de HIS e HIMP;								X																						n/a	X			

## ETAPA 2.3

Trabalho com **SEPLAN/COPOM** para a elaboração do **PPA** de forma articulada com o **PDE**

- Associação dos temas do PDE com o PPA



X



PROGRAMAS

AÇÕES

# ETAPA 2.3

## AÇÃO DO PPA

## PROG. PPA

## TEMAS

PROJ_ATIV	B PAPA	C DESC_FUN CAO	D DESC.SUB FUNCAO	E DESC_PROJ_ATIV	PROGRAMA	G Tema PDE	H Tema PDE 2
6838	ATIVIDADE	Administração	Administração Financeira	Encargos pela Manutenção do Fundo de Depósitos Judiciais nas quais o Município é Parte	0	Não se aplica	
7148	PROJETO	Encargos Especiais	Outros Encargos Especiais	Aquisição de Valores Mobiliários da SP Turis	0	Não se aplica	
2005	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Fomento e Difusão do Funk	3001	Turismo e Economia Criativa	
2006	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Fomento e Difusão do Rock	3001	Turismo e Economia Criativa	
2007	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Fomento e Difusão do Reggae e da Cultura Rastafari	3001	Turismo e Economia Criativa	
2012	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Fomento e Difusão da Capoeira	3001	Turismo e Economia Criativa	
2025	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Manutenção e Operação da Biblioteca Mario de Andrade	3001	Cultura	
2026	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Ações e Atividades Culturais da Biblioteca Mario de Andrade	3001	Acesso à Cultura e Educação Patrimonial	
2065	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Fomento e Difusão do Samba	3001	Turismo e Economia Criativa	
2434	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Manutenção e Operação do Centro Cultural São Paulo	3001	Cultura	
2435	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Manutenção e Operação de Centros Culturais e Teatros	3001	Cultura	
2436	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Instalação de Polo Criativo na Chácara do Jockey	3001	Turismo e Economia Criativa	Polos Estratégicos
2880	ATIVIDADE	Educação	Educação Básica	Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB)	3001	Não se aplica	
4311	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Execução do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais	3001	Acesso à Cultura e Educação Patrimonial	
4403	ATIVIDADE	Cultura	Difusão Cultural	Manutenção e Operação de Casas de Cultura	3001	Cultura	

# ETAPA 2.3

## PROGRAMAS DO PPA

## ANÁLISE DOS TEMAS

ID DO PROGRAM	NOME DO PROGRAMA	RESUMO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	EIXO PDE	TEMAS PDE
0	Encargos Especiais	Os encargos especiais incluem despesas de toda a administração municipal, como pagamentos de acordos administrativos, depósitos, sentenças judiciais, precatórios, serviço da dívida pública e outros compromissos financeiros.	Não aderente ao PDE	Não aderente ao PDE
3001	Acesso à Cultura	O programa abrange uma ampla gama de ações culturais voltadas para o fomento, difusão, manutenção e promoção da diversidade artística e patrimonial da cidade. Inclui iniciativas de apoio a diferentes expressões culturais como funk, rock, reggae, samba, capoeira e hip hop, além da manutenção e operação de bibliotecas, centros culturais, teatros e espaços educativos. Também engloba políticas de incentivo à produção artística, como editais e premiações, além de ações voltadas à valorização do patrimônio histórico, audiovisual e literário. A programação cultural é extensa, abrangendo festivais, eventos, oficinas e projetos de inclusão e formação	Patrimônio Cultural; Desenvolvimento Econômico Sustentável; Desenvolvimento Social e Equipamentos Urbanos e Sociais;	Acesso à Cultura e Educação Patrimonial; Turismo e Economia Criativa; Centralidades; Cultura; Conservação e Restauro de bens materiais e imateriais;
3002	Acesso à Moradia Adequada	O programa abrange diversas iniciativas voltadas ao acesso à moradia , incluindo a construção, ampliação, reforma e requalificação de unidades habitacionais, além da regularização fundiária e urbanização de favelas. Também contempla programas específicos, como o Pode Entrar e o Serviço de Moradia Transitória, voltado a pessoas em situação de vulnerabilidade. Outras ações incluem locação social, parcerias público-privadas para habitação, manutenção de unidades habitacionais e investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na área habitacional, além da iniciativa Revita Favela.	Habitação Social;	Atuação em Assentamentos Precários; Provisão de Habitação de Interesse Social;
3003	Ações e Serviços da Saúde em Atenção Básica, Especialidades e Vigilância	O programa abrange a ampliação, reforma, requalificação e construção de unidades de saúde, incluindo UBSs, hospitais-dia e centros de referência, para fortalecer a atenção básica e especializada. Também contempla a manutenção e operação de serviços essenciais, como vigilância em saúde, assistência farmacêutica, diagnóstico e terapia, além da contratação de profissionais multidisciplinares. Inclui projetos voltados à saúde da mulher, atendimento a pessoas com deficiência, assistência a populações indígenas e suporte a grupos em vulnerabilidade, como moradores de rua. Além disso, há investimentos na modernização de	Desenvolvimento Social e Equipamentos Urbanos e Sociais;	Saúde;

## ETAPA 2.4

- Trabalho com **SEPLAN** para articulação do **PDE** com o **PROGRAMA DE METAS**
  - Processo de associação dos **TEMAS DO PDE** com as **METAS E AÇÕES** do



X



EIXOS DO PdM

METAS

AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PdM

# ETAPA 2.4

EIXO PdM

META

AÇÕES

TEMAS

Incisos PDE

Eixo	Meta	Descrição	Órgão responsável	Ações estratégicas	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Ações	Objetivos e Diretrizes
UNIVERSO SP	5	Levar atividades de conscientização e educação ambiental a 240 mil pessoas, para ampliar o engajamento da população em práticas sustentáveis.	SVMA	• Realização de 240 mil atendimentos em atividades de educação ambiental.	Mitigação dos Impactos e Qualificação da Urbanização		Art. 223- XIV- Estabelecer parcerias com instituições locais para o desenvolvimento de ações de educação ambiental e comunicação social voltadas à implementação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; Art 305 III- Elaborar planos setoriais de educação, educação ambiental, saúde, esportes, assistência social e cultura, abrangendo atendimento especializado em saúde e educação indígena nas áreas da cidade com maior concentração dessa população;	recebimento de resíduos sólidos,  Art. 195, XVIII – promover a educação ambiental formal e não formal;
UNIVERSO SP	5	Levar atividades de conscientização e educação ambiental a 240 mil pessoas, para ampliar o engajamento da população em práticas sustentáveis.	SVMA	• Ampliação de sessões nos planetários do Carmo e de Parelheiros, visitas monitoradas do Aventura Ambiental e ações	Mitigação dos Impactos e Qualificação da Urbanização		Art. 223- XIV- Estabelecer parcerias com instituições locais para o desenvolvimento de ações de educação ambiental e comunicação social voltadas à implementação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;	Art. 195, XVIII – promover a educação ambiental formal e não formal;
UNIVERSO SP	5	Levar atividades de conscientização e educação ambiental a 240 mil pessoas, para ampliar o engajamento da população em práticas sustentáveis.	SVMA	• Capacitação dos beneficiários do POT Parques e POT Mães Guardiãs em temáticas ambientais, com foco em qualificação profissional e	Mitigação dos Impactos e Qualificação da Urbanização		Art. 223- XIV- Estabelecer parcerias com instituições locais para o desenvolvimento de ações de educação ambiental e comunicação social voltadas à implementação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;	Art. 195, XVIII – promover a educação ambiental formal e não formal;
UNIVERSO SP	6	Substituir 2.200 ônibus movidos a diesel por veículos de matriz energética mais limpa, reforçando o compromisso da cidade com a preservação ambiental.	SMT		Mitigação dos Impactos e Qualificação da Urbanização	Sistema de Transporte Público	Art. 245, X – ampliar a frota de veículos de transporte coletivo, utilizando soluções tecnológicas avançadas e tecnologias sustentáveis;	Art. 228, XIII – incentivar a renovação ou adaptação da frota do transporte público e privado urbano, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa e da poluição sonora, e a redução de gastos com combustíveis com a utilização de veículos movidos com fontes de energias renováveis ou combustíveis menos poluentes, tais como gás natural veicular, híbridos ou energia elétrica;
UNIVERSO SP	7	Entregar 40 mil habitações de interesse social a famílias de baixa renda, para que tenham lar digno e definitivo.	SEHAB		Provisão de Habitação de Interesse Social		Art. 293, IV - Executar o Programa de Provisão Habitacional;	Art. 6, X – incentivo à produção de Habitação de Interesse Social, de equipamentos sociais e culturais e à proteção e ampliação de áreas livres e verdes; Art. 291, I - assegurar o direito à moradia digna como direito social; Art. 291, II - reduzir o déficit habitacional



# PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO E PROGRAMA DE METAS 25-28



**OBJETIVOS DO PDE**

**DIRETRIZES DO PDE**

**AÇÕES DO PDE**



**METAS ESTRATÉGICAS DO PdM**

**AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PdM**

# PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO E PROGRAMA DE METAS 25-28



- NATUREZA E AMBIENTE
- HABITAÇÃO DE QUALIDADE
- MOBILIDADE
- INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO
- REQUALIFICAÇÃO URBANA
- DESENVOLVIMENTO PLANEJADO



- SEGURANÇA
- SAÚDE E BEM-ESTAR
- EDUCAÇÃO
- PROTEÇÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA



- AMBIENTE DE NEGÓCIOS
- ECONOMIA CRIATIVA
- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA



- MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO
- GOVERNO ÁGIL E ACESSÍVEL A TODOS
- TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

- Identificamos que nem todas as **metas do PdM** tem **relação direta** com a política urbana.

**Ex.:**

- Contratação Pessoal e Compras de equipamentos
  - Zeladoria
  - Modernização de Plataformas, de serviços
  - “Cidade Inteligente”
  - Ações e programas para públicos específicos desatreladas de uma espacialização no território
- 
- Isso **não significa** que as **metas do Programa de Metas sejam contrárias à política urbana**, uma vez que seu escopo é, em geral, muito **mais amplo do que o de um Plano Diretor**, que se concentra em questões de ordenamento territorial e na política de desenvolvimento e expansão urbana.



# PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO E PROGRAMA DE METAS 25-28



## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

### OBJETIVOS

DEFINE “O QUE” SE QUER  
ALCANÇAR

### DIRETRIZES

DEFINE “COMO” ALCANÇAR O  
OBJETIVO

### AÇÕES

DEFINE “O QUE” PRECISA SER  
EXECUTADO

São os **instrumentos concretos**: projetos, programas ou atividades práticas que visam executar as diretrizes e alcançar os objetivos.

1. Observa-se que o PDE nem sempre utiliza os termos “**objetivos**”, “**diretrizes**” e “**ações**” de acordo com as definições clássicas oriundas do planejamento estratégico.

2. Para padronizar nossa análise, pactuamos considerar como “**objetivos**” e “**diretrizes**” apenas aquelas expressamente nomeadas como tais no **caput dos artigos**.

3. Para a listagem de todas as “**ações**” do PDE, consideramos não apenas **aquelas expressamente mencionadas no caput dos artigos**, mas também **outras atividades identificadas como instrumentos concretos** para a execução das diretrizes e o alcance dos objetivos.

### EXEMPLO:

*Art. 91 § 2º O Executivo **poderá elaborar Plano Estratégico de Gestão e Destinação dos imóveis descumpridores da função social da propriedade**, observado o interesse público e as diretrizes desta Lei, com o objetivo de planejamento da destinação dos imóveis após o 5º ano de aplicação do IPTU Progressivo no Tempo e para delinear estratégias de ação territorial intersecretarial para orientar e priorizar as áreas onde se mostra mais apropriada a aplicação de ações voltadas ao combate à ociosidade urbana, em consonância com a Política de Desenvolvimento Urbano definida por esta Lei.*

# PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO E PROGRAMA DE METAS 25-28



## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

### OBJETIVOS

DEFINE “O QUE” SE QUER  
ALCANÇAR

### DIRETRIZES

DEFINE “COMO” ALCANÇAR O  
OBJETIVO

### AÇÕES

DEFINE “O QUE” PRECISA SER  
EXECUTADO

São os **instrumentos concretos**: projetos, programas ou atividades práticas que visam executar as diretrizes e alcançar os objetivos.

4. Constatamos que o PDE apresenta **grande diversidade em seus artigos**, incluindo várias **objetivos, diretrizes e ações** que **não precisam estar expressamente vinculadas ao território**. Entre elas, destacam-se a priorização de públicos por meio de agendas transversais e a definição de programas específicos.

### EXEMPLO:

**Art. 305.** As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são: (...)

**XIV – aprimorar as políticas e a instalação de equipamentos**, visando à viabilização das políticas de acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência;

**XVIII – implantar as ações e os equipamentos para a inclusão social** da população em situação de rua, previstos no Plano Municipal da Política da População em Situação de Rua, inclusive Centros de Referência Especializados para a população em situação de rua (centros POP), restaurantes comunitários, Serviços de Acolhimento Institucional à população em situação de rua, Consultórios na Rua com tratamentos odontológicos e relacionados ao abuso de álcool e outras drogas;

# PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO E PROGRAMA DE METAS 25-28



META

60 MET



- Assegurar o atendimento do Programa Guardiã Maria da Penha a 100% das mulheres em medidas protetivas encaminhadas pelo MP e desenvolver 8 ações estratégicas para fortalecer as políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.



## PROJEÇÃO /

O objetivo da Prefeitura para os próximos anos é fortalecer a rede de serviços de proteção à mulher, de modo a garantir o bem-estar físico e psicológico das cidadãs paulistanas e o apoio, regular e emergencial, às que se encontram vulneráveis ou sujeitas a violências.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS /

## AÇÕES

- Entrega de uma Unidade Móvel da Mulher.
- Entrega de uma nova Casa de Passagem.
- Implantação de dois protocolos integrados de atendimento a mulheres vítimas de violência.
- Criação da Estratégia Municipal de Atendimento às mulheres em situação de violência em contexto de cenas abertas de uso de drogas.
- Qualificação da capacidade operacional dos 15 Centros de Defesa e Convivência da Mulher a partir da equiparação ao modelo das Casas da Mulher.
- Ampliação e reformulação do Programa Tem Saída, voltado à autonomia financeira e empregabilidade da mulher em situação de violência.
- Implementação do Programa Tempo de Despertar, para reflexão, conscientização e responsabilização de agressores.
- Novo modelo de avaliação de satisfação pela usuária e implantação do Sistema Integrado de Atendimentos em Direitos Humanos (SIAD) na Rede de Direitos Humanos de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.



**INDICADOR /** Número de mulheres encaminhadas pelo Ministério Público e inseridas nas ações protetivas do Programa Guardiã Maria da Penha.

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL /** SMSU • SMDHC • SMDet • SMADS • SGM/SEPE

5. Analisamos todas as metas e ações do Programa de Metas, verificando sua aderência ao escopo do PDE.

## EXEMPLO:

### Ações Estratégicas:

- Entrega de uma **nova Casa de Passagem**.
- Novo modelo de avaliação de satisfação pela usuária e implantação do Sistema Integrado de Atendimentos em Direitos Humanos (SIAD) na Rede de Direitos Humanos de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.



Entregar 8 novos parques, para ampliar a oferta de áreas de lazer e fortalecer a cultura de convivência harmoniosa entre as pessoas e a natureza.

## Objetivos e Diretrizes

### Estratégicos:

**Art. 6** Não há diretrizes relacionadas a essa ação

**Art. 7** **IX** – Ampliar e requalificar os espaços públicos, as áreas verdes e permeáveis e a paisagem;

## Objetivos e Diretrizes Específicos:

**Art. 195, II** – Melhorar a relação de áreas verdes por habitante do Município

**Art. 268, I** – Ampliar a oferta de áreas verdes públicas;

## Ações:

**Art. 288, I** - Implantar os parques propostos no Quadro 7 desta lei;

**Art. 288, II** - Implementar o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – PLANPAVEL e estruturar o Sistema de Áreas Protegidas e Áreas Verdes e Espaços Livres – SAPAVEL;

Revitalizar 25 parques, com a melhoria das instalações e para maior segurança dos frequentadores.

## ■ Ações Estratégicas:

- Requalificação de 25 parques.

## ■ Objetivos e Diretrizes

### ■ Estratégicos:

**Art. 6**

Não há diretrizes relacionadas a essa ação

**Art. 7**

**IX** – Ampliar e requalificar os espaços públicos, as áreas verdes e permeáveis e a paisagem;

## ■ Objetivos e Diretrizes Específicos:

**Art. 267, IV** – Qualificação das áreas verdes públicas;

**Art. 273 VI-** Propiciar áreas verdes destinadas à conservação ambiental, lazer, fruição e atividades culturais;

## ■ Ações:

**Art. 288, XI** - Requalificar os parques e unidades de conservação municipal conforme padrões e parâmetros de sustentabilidade ambiental;

Assegurar o atendimento do Programa Garantia Maria da Penha a 100% das mulheres em medidas protetivas encaminhadas pelo MP e desenvolver 8 ações estratégicas para fortalecer as políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

## ■ Ações Estratégicas:

- Entrega de uma nova Casa de Passagem.

## ■ Objetivos e Diretrizes

### Art. 6 Ações Estratégicas:

Não há diretrizes relacionadas a essa ação

### Art. 7

**XIII** - Reduzir as desigualdades socioterritoriais para garantir, em todos os distritos da cidade, o acesso a equipamentos sociais, a infraestrutura e serviços urbanos;

## ■ Objetivos e Diretrizes Específicos:

**Art. 303, I**- Proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis, em especial crianças, jovens, mulheres, idosos, negros, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua;(Redação dada pela Lei nº 17.975/2023).

**Art. 304, V**- Integrar territorialmente programas e projetos vinculados às políticas sociais como forma de potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que diz respeito à inclusão social e à diminuição das desigualdades;

## ■ Ações:

**Art 305, XIV**- Aprimorar as políticas e a instalação de equipamentos, visando à viabilização das políticas de acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência;

Inaugurar o Polo Sampa Games e acelerar o desenvolvimento de 100 empresas do setor, consolidando São Paulo como polo inovador na indústria de jogos eletrônicos.

## ■ Ações Estratégicas:

- Abertura da Escola Avança Tech Games com 500 vagas anuais para capacitação nas áreas de tecnologia e desenvolvimento de games.

## ■ Objetivos e Diretrizes

### Estratégicos:

**Art. 6** Não há diretrizes relacionadas a essa ação

**Art. 7** Não há objetivos relacionados a essa ação

## ■ Objetivos e Diretrizes Específicos:

**Art. 176, V** – Potencializar a capacidade criativa, o conhecimento científico e tecnológico e a inovação existentes no Município para gerar atividades econômicas de alto valor agregado e ambientalmente sustentáveis;

**Art. 187, II** - Concentrar em áreas estratégicas empresas e instituições nacionais e internacionais voltadas às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**Art. 187, VII** - Construir espaços atraentes para profissionais do conhecimento emergente

## ■ Ações:

**Art. 187.** A implantação de Parques Tecnológicos tem como objetivos:  
V – Fomentar o empreendedorismo e incubar novas empresas inovadoras;

**Art. 198-A, § 2º, VIII** - Estímulo à criação do conhecimento, ao desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e à inovação;



# META



Instituir o Orçamento Climático Municipal para que os investimentos estejam alinhados às ações previstas no Plano de Ação Climática.

## ■ Ações Estratégicas:

- Levantamento de boas práticas em orçamento climático.

# PDE



## ■ Objetivos e Diretrizes

### Estratégicos:

**Art. 6** Não há diretrizes relacionadas a essa ação

**Art. 7**

**XI** – Contribuir para mitigação de fatores antropogênicos que contribuem para a mudança climática, inclusive por meio da redução e remoção de gases de efeito estufa, da utilização de fontes renováveis de energia e da construção sustentável, e para a adaptação aos efeitos reais ou esperados das mudanças climáticas;

## ■ Objetivos e Diretrizes Específicos:

Não há diretrizes e objetivos do PDE relacionados a essa ação

## ■ Ações:

Não há ações do PDE relacionados a essa ação do PdM



Instituir o Orçamento Climático Municipal para que os investimentos estejam alinhados às ações previstas no Plano de Ação Climática.

## ■ Ações Estratégicas:

- Realização de 16 ações voltadas ao ecoturismo e à agricultura urbana sustentável.

## ■ Objetivos e Diretrizes

**Art. 6** Estratégias e Diretrizes relacionadas a essa ação

**Art. 7** XI – Contribuir para mitigação de fatores antropogênicos que contribuem para a mudança climática, inclusive por meio da redução e remoção de gases de efeito estufa, da utilização de fontes renováveis de energia e da construção sustentável, e para a adaptação aos efeitos reais ou esperados das mudanças climáticas;

## ■ Objetivos e Diretrizes Específicos:

**Art. 176, VI** – Promover o desenvolvimento sustentável da zona rural com o apoio à agricultura familiar, em especial a orgânica, e ao turismo sustentável, em especial de base comunitária;

**Art. 176, IX** - Criar as condições para o desenvolvimento do turismo apropriado às características do Município, gerando sinergias entre eventos, negócios, cultura, gastronomia, compras e agroecoturismo para aumentar a permanência do visitante no Município.

**Art. 315, VI** – Definir instrumentos de incentivos e apoio às atividades ligadas à cultura, educação, arte e meio ambiente, visando a geração de renda e o desenvolvimento local e regional sustentável;

## ■ Ações:

**Art. 190**, - Para implementar o Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável, deverão ser promovidas as seguintes ações: I -fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural através das Casas de Agricultura Ecológica, dotando-as de recursos e infraestrutura suficientes;

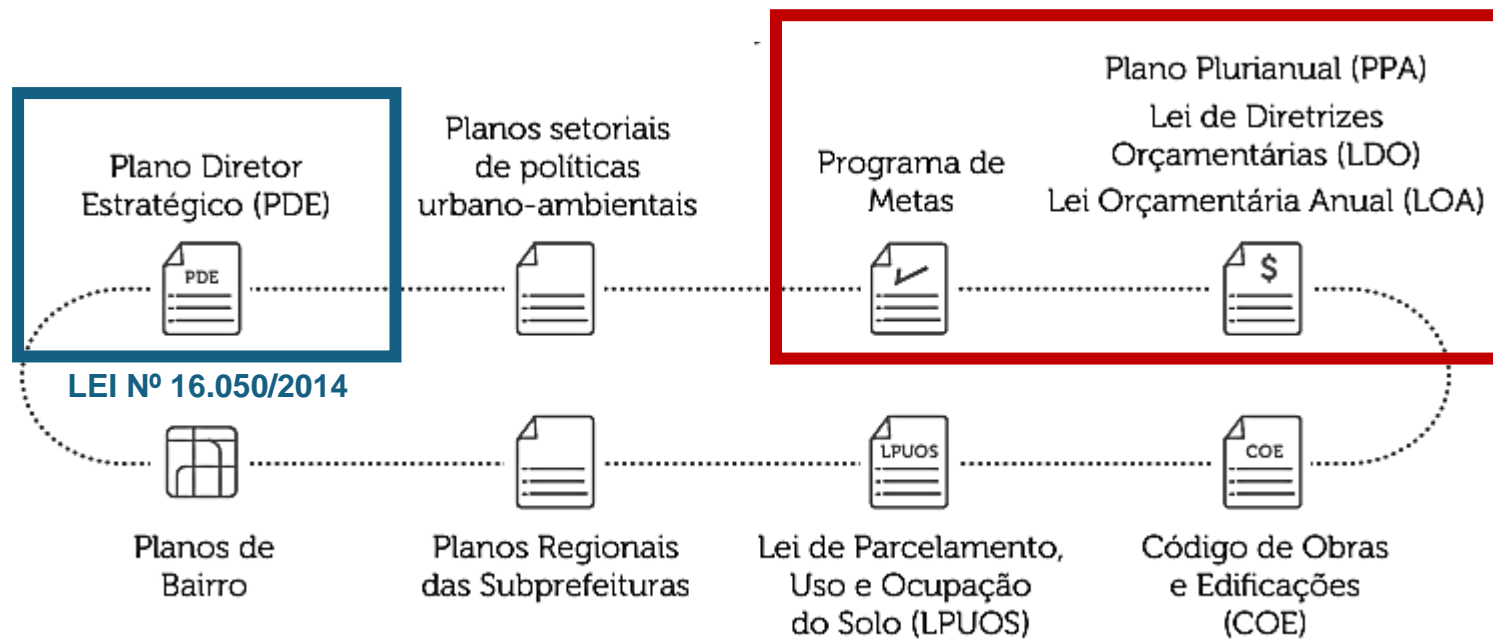
**Art. 190, VIII** - Implantar o Polo de Turismo de Parelheiros

**Art. 316, I** - Incentivar e fomentar espaços e atividades relevantes localizados nos TICP, inclusive economia criativa, negócios sustentáveis e iniciativas econômicas de caráter solidário e cooperativo, envolvendo as áreas de cultura, educação, meio ambiente, turismo, desenvolvimento e inclusão social;

**PRÓXIMAS**

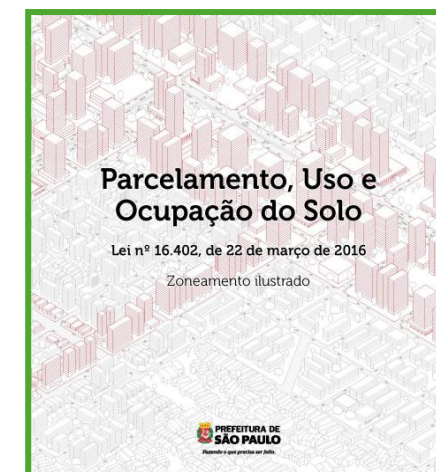
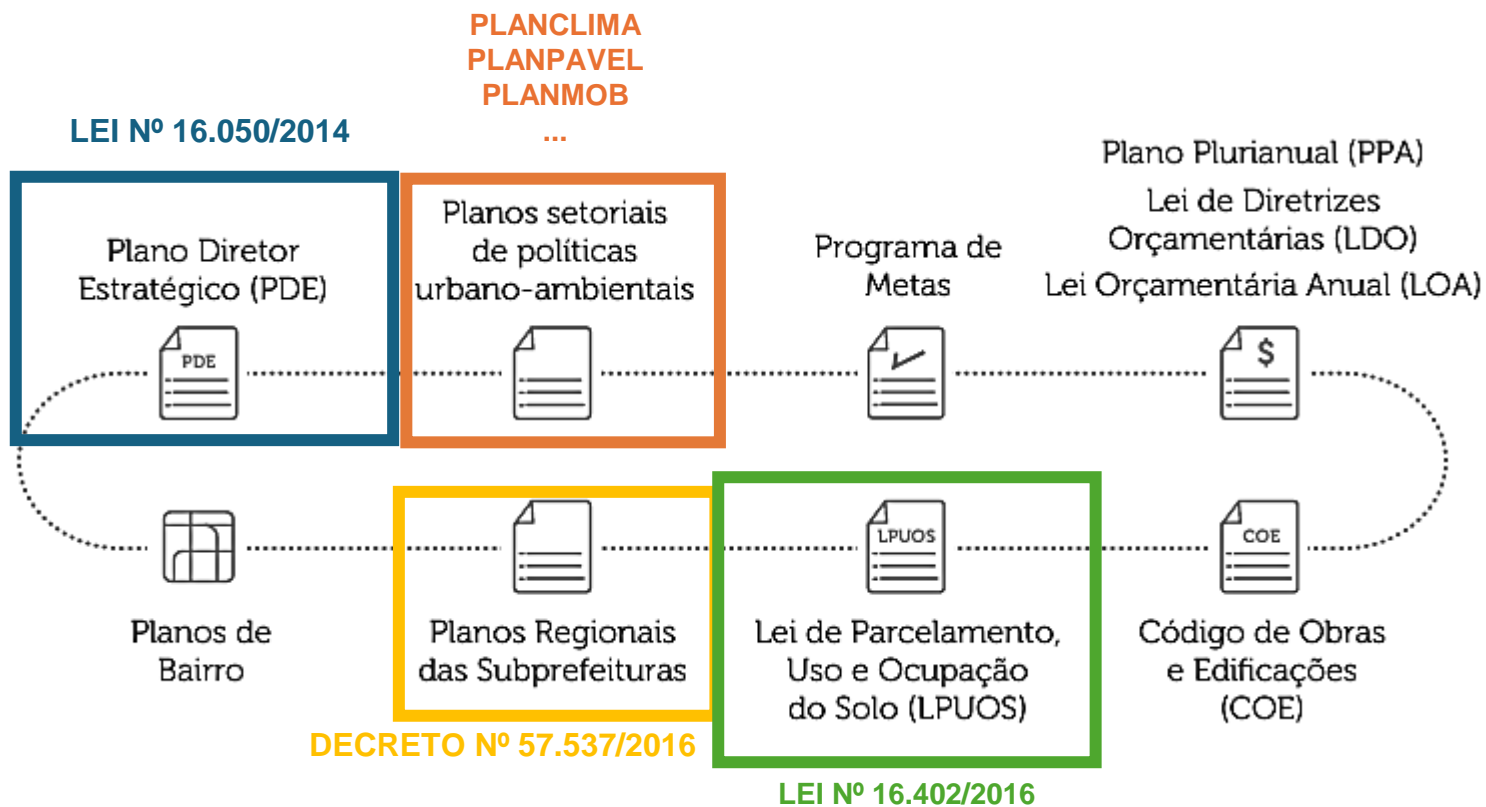
**ETAPAS**

# SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



# SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

## PLANO DE AÇÃO DAS SUBPREFEITURAS



# Obrigado!

**Coordenadoria de Planejamento Urbano  
PLANURB-SMUL**

JULHO-2025



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
URBANISMO E  
LICENCIAMENTO